



*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

216.

366

**Quarta Câmara Cível**

**Apelação Cível nº 0147469-1**

**Apelante: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Apelado: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**

**EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INTERESSE DE AGIR. PRESENTE. VEÍCULO FURTADO. SEGURO DEVIDO. DANO MORAL E MATERIAL. INEXISTENTES. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CARACTERIZADA. RECURSOS DESPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.**

- Da análise do conjunto probatório, verificou-se a propriedade do veículo da parte autora, à época do furto, presente, portanto, o interesse de agir da mesma;
- A requisição posterior de documentos não é fato suficiente para negar cobertura securitária, se quando do contrato foi exigida apenas a nota fiscal do veículo segurado;
- Não comprovado o dano material resta inviável sua condenação. Quanto aos danos morais, diante de impossibilidade superveniente à vontade das partes, também não se configurou;
- Há sucumbência recíproca quando uma das partes não obtém tudo o que o processo poderia lhe proporcionar, artigo 21 do Código de Processo Civil.

2  
5499

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelações Cíveis tombadas sob o nº. 0147469-1, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a unanimidade de votos, em negar provimento aos apelos para manter íntegra a sentença recorrida, nos termos do voto da Turma.

Recife, 18 de novembro de 2009.

Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho - Relator Convocado



*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

217  
342

**Quarta Câmara Cível**

**Apelação Cível nº 0147469-1**

**Apelante: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Apelado: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves**

**Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**

**RELATÓRIO**

Cogita-se, na origem, de "Ação de Indenização em rito Ordinário" ajuizada pela Sra. Fernanda Cristina Miranda Borba de Carvalho e pelo Sr. Fernando Antonio Carneiro Borba de Carvalho, sendo certo que, observado o iter procedimental atinente à espécie, o Douto juízo "a quo" julgou, em síntese: (a) improcedente o pedido deduzido contra o BANCO FIAT S/A, condenando os autores em honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor dado à causa; (b) procedente contra a FIORI VEICOLO LTDA para restituir o valor pago referente ao preço da transferência, que não foi realizada; (c) procedente contra a AGF BRASIL SEGUROS para que esta pague a indenização securitária contratada. (v. fl. 231)

A requerente adquiriu um automóvel no dia 09/03/2004, na concessionária FIORI VEICOLO LTDA, pagando parte do preço e financiando, junto ao BANCO FIAT S/A, o valor restante, tendo, ainda, contratado e pago a FIORI VEICOLO LTDA os serviços para transferência do veículo comprado. O automóvel foi segurado pela AGF BRASIL SEGUROS através de endosso de contrato celebrado com o pai da requerente, também autor da ação.

Ocorre que, em 15/03/2004 o automóvel comprado foi furtado, sem que a concessionária tivesse providenciado a transferência do mesmo para o nome da autora. Por este motivo a seguradora recusa-se a pagar a indenização do seguro.

Inconformado com esta decisão a empresa AGF BRASIL SEGUROS, interpôs Recurso de Apelação alegando, resumidamente, que: a) em havendo sinistro com perda total, para receber a indenização prevista na apólice, previamente deve a seguradora transferir a propriedade do bem

X

sinistrado; b) há inépcia da inicial em virtude da falta de interesse de agir da autora, que não remeteu os documentos para a transferência do veículo. Por fim requer a reforma da R. Sentença hostilizada.

Os requerentes também interpuseram Recurso de Apelação, através do qual aduzem, em síntese, que: a) é desnecessária a comprovação do dano moral, bastando para tanto a configuração da ilicitude. Colacionou diversas jurisprudências sobre o tema; b) em face de cobrança de serviço de transferência não efetuado deve ser aplicado o artigo 42 do CDC, *in fine*, pedem que seja reformada a sentença no tocante aos danos morais, ao valor dos danos materiais e a sucumbência recíproca.

Os requerentes, em contra razões, rebatem todas as alegações ali expendidas, ver fls. 279/288, do mesmo modo a AGF BRASIL SEGUROS e a FIORI VEICULO LTDA ofereceram contra-razões, respectivamente, às fls 297/309 e 314/319.

É o que se tinha a relatar no essencial.

À douta revisão

Recife, 09 de outubro de 2007.

Des. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho  
RELATOR CONVOCADO



*Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

219

fl. 362  
Ar

**Quarta Câmara Cível**

**Apelação Cível nº 0147469-1**

**Apelante: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Apelado: AGF Brasil Seguros S/A e outros**

**Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves**

**Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho**

**VOTO**

Insurgiram-se as partes (Fernanda Cristina Miranda Borba de Carvalho, juntamente com seu pai Fernando Antônio Carneiro Borba de Carvalho e AGF Brasil Seguros S/A) contra decisão monocrática para atacar os pontos, em resumo: a não condenação em danos morais e matérias, assim como a sucumbência recíproca, e a não consideração do fato de que para a seguradora pagar o valor do seguro deveria ter sido entregue documento de transferência do veículo.

Compulsando os autos verifico que é de solar clareza tanto a propriedade do veículo da parte autora, quanto o furto descrito na exordial, sem contar que também é inegável que o veículo foi segurado pela AGF BRASIL SEGUROS S/A.

Em relação à condenação em danos morais e materiais tem-se que, este não foi provado efetivamente e aquele se tornou inviável porque o veículo foi furtado seis dias após a compra, restando impossível a transferência no DETRAN por parte da FIORI VEICULO LTDA, ou de qualquer outra pessoa, desse modo não há cabimento para as condenações pleiteadas, ademais houve uma impossibilidade superveniente a vontade das partes.

No que tange a conduta da AGF SEGUROS S/A em considerar, no momento da avença, como suficiente a nota fiscal da compra do automóvel para dar em troca a garantia de seu serviço - o seguro não pode, posteriormente, levantar a exigência de novos documentos.

muf

Quanto aos honorários advocatícios, sabe-se que há sucumbência recíproca quando uma das partes não obteve tudo o que o processo poderia lhe proporcionar, artigo 21 do Código de Processo Civil.

Diante destes fatos *incontesti*, evidencia-se com mais limpidez a condenação da AGF BRASIL SEGUROS S/A para o pagamento da indenização contratada, nos termos em que foi determinado pelo Douto Juízo de primeiro grau. E, a condenação da FIORI VEICULO LTDA para restituir o valor pago referente ao preço da transferência.

Ver-se, portanto, que o *decisum*, ao concluir realizou uma correta aplicabilidade do direito pátrio ao caso concreto em toda sua extensão.

Em sendo assim, NÉGO PROVIMENTO aos apelos, mantendo *in totum* a decisão atacada.

É como voto.